

L · E · T · U · R · A · S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 06 Brasília, 08 de junho de 1963

Lei Orgânica do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA

A lei do povo

Lei Orgânica do Distrito Federal

Lei Orgânica do Distrito Federal

Autonomia nasce com JK

Carimbo oficial e verdadeiro de Brasília

NELSON PANTOJA

Editor/DF Letras

Editor-geral do "Jornal de Brasília", Carlos Honorato acompanhou de perto a elaboração da Lei Orgânica e ele considera "o verdadeiro e oficial carimbo da autonomia política do DF". Ressaltando que a Lei significa também o "resgate da nossa cidadania e o começo da luta para a independência econômica do DF", o jornalista lamenta que alguns setores da sociedade ainda critiquem o trabalho dos deputados distritais. O Plano Piloto, exemplifica, "menospreza nosso Legislativo, o que é um equívoco histórico, mas a população das satélites já descobriu a Câmara em um fórum reivindicatório". Enfatizando que a Casa precisa fazer uma ampla campanha de divulgação dos seus trabalhos na mídia, Honorato mete o dedo na ferida: a imprensa local "faz tudo para não ter uma cobertura ideal para a Câmara". Esta mentalidade, segundo ele, está mudando no JBr. "De uma coisa tenho completa convicção: os escândalos foram cobertos em toda sua amplitude. Fazer elogios é um exercício difícil para a imprensa hoje em dia", ressalta, ao condenar a idéia "de um equivocado deputado federal" que chegou a sugerir a extinção da Câmara. A luta agora é pela autonomia financeira, alerta.

P — O que muda para Brasília a promulgação da Lei Orgânica?

R — A Lei Orgânica é o verdadeiro e oficial carimbo da autonomia política do Distrito Federal. Não podemos ter que ela é ideal e que cende todos os anseios dos brasilienses, mas é um passo importantíssimo. Só lamento que parte da população — muitas pesquisas confirmam — desconheça o trabalho feito pelos deputados para a elaboração da Lei Orgânica. Como lei maior do DF, ela irá reger tudo. A Lei Orgânica coloca um fim nas sociedades, quando se tinha o Palácio do Planalto um governador e no Palácio do Buriti um coronel. É o resgate da nossa cidadania e o começo da luta para a independência econômica do DF.

P — Como você, como

homem de imprensa, acompanhou o trabalho dos deputados distritais?

R — Acompanhei os primeiros passos da Câmara Legislativa, tanto os erros como os acertos. Quando ainda estava no jornal BSB Brasil, juntamente com as repórteres Ana Paula Macedo e Ana Dubeaux, vivi o dia-a-dia da Câmara nos seus mínimos detalhes. Na minha avaliação, o primeiro ano foi lamentável. E não era de se esperar outra coisa, pois todos os eleitos não tinham qualquer experiência com exceção de Maria de Lourdes Abadia, constituinte de 1988. Resultado: a Câmara ficou com uma péssima imagem perante a população. Mas acredito que tal quadro já começa a ser revertido, o que fortalece o Le-

gislativo brasiliense.

P — Você acredita que o povo, a exemplo do que aconteceu com o Código do Consumidor, vai se apoiar na Lei Orgânica para reivindicar seus direitos?

R — Não tenho a menor dúvida. O Plano Piloto ainda menospreza o nosso Legislativo — o que representa um equívoco histórico —, mas a população das satélites já descobriu a Câmara como um fórum reivindicatório. O resto é consequência.

P — Muitos ainda criticam a Câmara Legislativa. Você acha que, após os seus primeiros dois anos de existência, a sociedade civil começa a procurar a instituição numa demonstração de confiança?

R — É verdade. Só que a Casa precisa fazer uma am-

pla campanha de divulgação dos seus trabalhos na mídia. Uma coisa incrível — e estamos mudando esta mentalidade no **Jornal de Brasília** — é que a imprensa local faz tudo para não dar a cobertura ideal para a Câmara. É um equívoco imperdoável!

P — Existe uma programação a ser cumprida para a divulgação da Lei Orgânica. O que o senhor sugeriria?

R — Que fosse feito um amplo trabalho, tanto na mídia impressa como eletrônica.

Você acha que a imprensa, no decorrer de todo o processo de elaboração da Lei Orgânica cobriu de forma isenta os trabalhos dos distritais?

R — É uma pergunta difícil de ser respondida, na medida que a imprensa local co-



Honorato diz que todos devem se unir pela autonomia financeira do DF

bre muito mal a Câmara Legislativa. De uma coisa tenho completa convicção: os escândalos foram cobertos em toda a sua amplitude. Fazer elogios é um exercício difícil para a imprensa hoje em dia.

P — No início dos trabalhos dos distritais, até mesmo pela tão proclamada imaturidade e inexperiência de alguns, não houve uma tendência exagerada da imprensa em criticá-los. Em suma: não se chegou a se utilizar a crítica pela crítica?

R — A crítica pela crítica não acredito. Mas a imprensa, em determinados momentos, exagerou. Tanto que um equivocado deputado federal chegou até a sugerir a extinção da Câmara do DF.

Dois anos depois, com a Lei Orgânica, sendo entregue, o que você acha de positivo e negativo na Câmara Legislativa?

R — Começando pelo negativo, acompanhei as denúncias contra a Casa e achei que faltou bom-senso em vários momentos. Isto deixou marcas lamentáveis no Legislativo. Quanto ao positivo, acredito que a Lei Orgânica e a mobilização que a Câmara provocou da sociedade organizada demonstraram que o Legislativo cresceu e ainda tem muito a oferecer à população do Distrito Federal.

P — Promulgada a Lei Orgânica, como o senhor analisa o futuro da Câmara?

R — Depois dos percalços do primeiro ano — todos já superados — tenho plena convicção de que o Legislativo do DF deve experimentar um crescimento significativo. A próxima eleição nos dará um parâmetro correto do que será o futuro da Câmara.

P — Você acha que, agora após a Lei Orgânica, a luta dos distritais é pela autonomia financeira do DF?

R — Acredito que todos os brasilienses estão confiantes nesta nova luta. Chegou a hora de deputados distritais e federais, além dos senadores do DF se unirem em torno desta bandeira. Chega de toda a votação do Orçamento Geral da União, os brasilienses e os dirigentes da cidade viverem um pesadelo interminável.